

ATA Nº5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

No dia catorze de Dezembro do ano de dois mil e doze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 15 de Setembro de 2012;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Proposta de aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2013 – Opções do Plano, Plano de Atividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2013.

4.3– Proposta de reorganização dos serviços do município de Montalegre/ Aprovação do modelo de estrutura orgânica / Aprovação da estrutura nuclear a implementar, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares / Aprovação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis / Aprovação do número máximo total de subunidades orgânicas.

4.4 – Abono de despesas de representação aos dirigentes municipais, de acordo com o disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto.

4.5 – Empreitada de construção dos “Arranjos Urbanísticos em Salto – Área A” (Proc. 11/024 A) – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais / Para conhecimento.

4.6- Empreitada de “ Adaptação de Edifício a Pólo Museológico de Fafião do Ecomuseu de Barroso (Proc. 12/016) – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais/Para conhecimento.

4.7 – Empreitada de “ Abastecimento de Água e Rede de Drenagem de Águas Residuais de S. Vicente da Chã (Proc. 12/038) – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais/ Para conhecimento.

4.8- Proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a atividades e investimentos constantes da proposta de Grandes Opções do Plano para o ano de 2013.

4.9 – Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo executivo, no âmbito de competência delegada pela Assembleia Municipal, em 25.06.2012.

4.10 – AMAT / Criação da NUT III do Alto Tâmega, bem como da CIM (Comunidade Intermunicipal – Unidade Administrativa) do Alto Tâmega.

4.11 – Proposta de alteração de Estatutos da EHATB.

4.12 - Proposta de alienação de um sexto das participações da EHATB em 11 empresas aos Municípios.

4.13 – Proposta de alienação de um sexto das participações da EHATB nas empresas ATMAD e Resinorte aos Municípios.

4.14 – Proposta de alienação das participações da EHATB nas empresas Município e Marc aos municípios de Boticas e Chaves.

4.15 – Proposta de alienação a terceiros de participações sociais e de dissolução de 3 empresas.

4.16 – Reforço de potência do parque eólico de Serra do Barroso III – Reconhecimento Público.

4.17- Parecer relativo à reorganização administrativa territorial do Município de Montalegre enviado pelo Presidente da Assembleia da República / Para conhecimento.

5 – Período após a Ordem do Dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 57 (cinquenta e sete) membros. Não compareceram à chamada os deputados Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Domingos Vasconcelos, Carla Rodrigues, Rui Alves, Filipa Alves, Manuel Ramos, Maria de Fátima Crespo, António Cascais, Pedro Giesteira, Jorge Fernandes, António Miranda, António Gregório Dias e Paulo Pinto.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os Vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e Paulo Jorge Miranda da Cruz.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Carla Rodrigues, Rui Alves, Filipa Alves, Sónia Fernandes, Acácio Gonçalves, José Carlos Costa, Pedro Giesteira, Jorge Fernandes, José Cácio Moura, Manuel Antunes, António Gregório Dias, Alberto Fernandes e Manuel Tomás.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Maria Clotilde Magalhães, Ana Dias, Márcio Azevedo, Sandra Gonçalves e António Miranda.

Registando-se quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 15 de Setembro de 2012.

A ata da sessão ordinária do dia 15 de Setembro de 2012 foi posta à consideração, tendo o deputado Pedro Barroso feito alguns reparos.

O deputado Pedro Barroso perguntou qual foi o motivo para que a última sessão não fosse gravada. Disse que há quem diga que o Presidente da Câmara elaborou um ofício para que a reunião não fosse gravada e julga que ele não tem essa competência.

Disse ainda que na intervenção do público as palavras ditas pelo presidente da Câmara não foram transcritas conforme o que foi dito e a gravação seria um comprovativo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quando as reuniões são realizadas ao sábado e para evitar que o funcionário técnico se desloque ao edifício da Câmara, com ou sem ajudas de custo, é outra pessoa a tratar das gravações e às vezes acontece que há problemas. Mas, referiu que não tem medo do que disse. E o que disse mantém. Assume todas as suas palavras com a responsabilidade que lhe cabe. Entende até que foi ameaçado e insultado e que por isso também estaria interessado na gravação.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com treze abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que são retirados da ordem de trabalhos os pontos 4.12, 4.13, 4.14 e 4.15, atento o pedido de suspensão da tomada de decisão pelos Órgãos Municipais sobre aquelas matérias, formulado pelo Presidente do Conselho de Administração da EHATB, por carta de 12/12/2012.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Pedro Barroso, Ricardo Moura e Acácio Moura.

O deputado Acácio Gonçalves chamou a atenção do Presidente da Câmara para os contentores do lixo situados no Largo do Gato, pois os lugares de estacionamento não deixam que o carro do lixo retire os contentores. Relativamente aos pontos retirados da ordem de trabalhos, disse que sabe bem porque são retirados, pois em Chaves foram chumbados.

O deputado Pedro Barroso felicitou a Câmara porque de vez em quando ouve a bancada social democrata, beneficiando o centro da vila com pequenas obras que embelezam o centro histórico. É o caso do acesso ao edifício da segurança social.

Disse ainda que o terreno privado nas costas do edifício da segurança social merecia uma intervenção, até mesmo pela localização do Multiusos e estacionamento adjacente.

O deputado Ricardo Moura disse que, estando perto do Natal, todos os membros da assembleia deveriam ir jantar todos juntos. Bem sabe que estão todos cheios de festas, mas sugeriu que não se perdesse a tradição.

Sobre a gravação das assembleias, disse que o maior interessado em que a sessão fosse gravada era o próprio Presidente da Câmara, pois foi ele quem foi ameaçado e insultado por um senhor que já foi escorraçado há muito pelo PSD. Quem deu a mão ao Carvalho de Moura foi o PS durante quatro ou cinco anos. Ir para o jornal dizer que o Presidente da Câmara ordenou que não se gravasse a assembleia é muito grave. O dito jornal não fala é das obras que são feitas em todo o concelho, inclusivamente em Meixedo.

O deputado Acácio Moura disse que o custo da inumação das cinzas dos defuntos é tão cara como um funeral. Sugeriu que se alterassem as taxas. Disse ainda que o cemitério de Montalegre não tem lugar para colocar as cinzas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não é verdade que a Assembleia Municipal de Chaves tivesse chumbado os pontos agendados relativos à EHATB. Este assunto pode ter várias soluções, mas como está, a lei não permite. Queremos preservar o espírito da EHATB. Nem vender, nem passar tudo, pura e simplesmente para as câmaras.

Sobre o estacionamento no terreno do colégio, disse que é inviável pois trata-se de um terreno particular e de uma área muito grande.

Sobre as gravações da assembleia municipal, concordou com o deputado Ricardo Moura. Disse que o maior interessado que a última reunião fosse gravada era ele, pois foi ameaçado, mas há pessoas que poderão dar o seu testemunho no processo que está a decorrer no tribunal.

Disse ainda que as taxas do cemitério não vão ser alteradas e muros poderiam ser feitas gavetas que servissem para o efeito.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Mário Mendes e Pedro Barroso.

O deputado Mário Mendes, perante o que foi apresentado disse que é uma sequência de anos anteriores, de fim de ano, com excelência nas contas. Falou sobre o Ecomuseu e a exposição das Minas da Borralha na Capital Europeia da Cultura. Realçou que o Dr. Durão Barroso se congratulou com o trabalho que a Câmara Municipal de Montalegre tem feito nas Minas da Borralha.

Disse que o Ministro da Indústria anunciou em Junho algum início de atividade para as minas. Perguntou ao presidente da Câmara se tem algum feedback.

O deputado Pedro Barroso perguntou se o troço Codeçoso/ EN508 iria ser beneficiado.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a Borralha, disse que pouca gente lhe dá a importância devida. É uma riqueza imaterial enorme.

Disse que o Presidente da Comissão Europeia teceu grandes elogios ao trabalho feito pelo Ecomuseu de Barroso e isso é um grande motivo de orgulho para todos os Barrosões. Sobre o anúncio feito pelo Senhor Ministro da Indústria, disse que houve uma série de concessões para prospeção, mas são só propaganda e para receber fundos comunitários. O trabalho da Câmara não colide com uma exploração mais moderna, mas julga que as minas já deram o que tinham a dar. Espera estar enganado.

Sobre o retardamento da obra da estrada de Codeçoso, disse que a culpa foi do empreiteiro. Atrasou a obra prejudicando até a candidatura aos fundos comunitários.

Quanto à obra pedida na EN508, disse que o eixo vai ser feito na sua totalidade.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Proposta de aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2013 – Opções do Plano, Plano de Atividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita/Mapa de Pessoal pra 2013.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa. "Exmo. Senhor: Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre. Acácio da Silva Viera Gonçalves, membro dessa Assembleia pela coligação PSD/CDS, vem por este meio justificar o voto contra a aprovação de documentos previsionais para o ano 2013 – opções do plano, plano de atividades, e proposta de orçamento da despesa e receita e mapa de pessoal para 2013 pelos seguintes motivos: 1º- O orçamento e PAM e PPI, sendo um documento técnico, consideramo-lo quer nas despesas quer nas receitas empolado com taxas de realização muitíssimo baixas; 2º- Quanto ao mapa de pessoal, consideramo-lo sem a devida informação para que esta assembleia possa deliberar sem margem para dúvidas; 3º- A falta de elementos é notória à primeira vista principalmente pela maneira como é apresentado, sendo de referir que num mapa de pessoal deverá constar como em qualquer organigrama o nome dos funcionários que existem nesse quadro; 4º- Nota-se essencialmente que aquele documento (mapa de pessoal) é simplesmente para obter uma aprovação deste órgão e não esclarecer dúvidas que tornariam mais esclarecidas certas situações acerca de movimentos de pessoal; 5º- Confrontando o mapa do ano anterior verificase que não condiz a "bota com a perdigota", a saber: em 2012 existiam dezanove quadros técnicos superiores, porque razão este ano de 2013 se vai aprovar um quadro com trinta e quatro quadros superiores, com tendência a aumentar com mais quadros livres; em 2012 havia um quadro de Assistentes técnicos de quarenta e quatro e este ano de 2013 vai aumentar para cinquenta e quatro. Montalegre, 14 de Dezembro de 2011. Assinado, o deputado Acácio da Silva Gonçalves."

O Senhor Presidente da Câmara disse que o plano tem dinheiro a mais tendo em conta a conjuntura do País. A Câmara Municipal de Montalegre tem uma situação financeira estável e sólida. O que seria do concelho se não fosse a Câmara. Realçou as seguintes obras iniciadas e para concluir: Prédio Albino Fidalgo II; Regeneração Urbana sede do concelho; Salto I e II; Saneamento S. Vicente; Água Ponteira; Água Zebral; Água Lamas; Água Currais; Parque Cávado II; Ecomuseu de Fafião; Jardim do Contrabando Vilar de Perdizes; Polo Museológico Borralha; UCC.

Disse que vai ainda haver obras de beneficiação ou conservação: Beneficiação Praça do Município; Beneficiação Parque Luis Camões; Oficina CM – Cobertura e pintura exterior; Estaleiro CM – Cobertura e pintura exterior; Centro Escolar Montalegre – Abrigo exterior e outras correções; Parque de Exposições (Correções por conta do empreiteiro).

Disse que o executivo tem tudo preparado para serem lançados os concursos e se iniciarem as seguintes empreitadas: Água e saneamento Parafita; Saneamento Vila da Ponte; Saneamento Meixide; Saneamento Solveira; Fossa Salto; Água Telhado; Captação água Salto; Estrada Salto Cabeceiras; Estrada Montalegre; A24; Ponte Vila Abril; Beneficiação Mercado Municipal; Beneficiação e requalificação de aldeias.

Está inscrito um leque de prioridades, com projetos prontos, para avançarem se houver financiamento: Quartel GNR – Venda Nova; Arquivo Municipal; Biblioteca Municipal (beneficiação); Auditório (Aquecimento e palco); Posto Turismo; Castelo Montalegre; Piscina (aquecimento, tratamento térmico paredes e vidros); Variante Tourém; Pavilhão Multifunções Salto.

São obras para apoiar a atividade económica. Gasta-se muito dinheiro em educação e os transportes vão ter que sofrer alterações. Assume o erro pois a modalidade não é a melhor. A rede viária assume uma despesa enorme pois o concelho de Montalegre tem a área da ilha da Madeira e tem que se continuar com este trabalho pois a ligação entre freguesias tem que ser sempre mantida. Disse que o 13º e 14º meses foram retirados aos funcionários públicos para estes pagarem a dívida aos bancos.

Sobre o mapa de pessoal, disse que não é por ser ano eleitoral que se contrata ou não pessoal. A Câmara é obrigada a reduzir 6% do pessoal. A Câmara não meteu ninguém. Apenas se meteu no mapa de pessoal os funcionários das escolas mas não contam para o rácio da autarquia.

Sobre a informação do nome das pessoas nos mapas, disse cumpriu a lei, mas que concorda com a sua introdução mas o que interessa é que não vai entrar ninguém. A Câmara é obrigada a reduzir a despesa.

Deliberação: Aprovada por maioria, com um voto contra e quatro abstenções.

4.3– Proposta de reorganização dos serviços do município de Montalegre/ Aprovação do modelo de estrutura orgânica / Aprovação da estrutura nuclear a implementar, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares / Aprovação do número máximo de unidades orgânicas flexíveis / Aprovação do número máximo total de subunidades orgânicas.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que estamos confrontados com uma nova lei e perante um organigrama que pode ser trabalhado de diferentes formas. O Senhor Presidente da Câmara não falou sobre a Unidade Flexível de 2º Grau (Ecomuseu) e o facto de se mandar para lá mais um dirigente. Não se diz tudo e a Assembleia vota sem saber metade das coisas. Temos que saber aquilo que está a ser deliberado.

Sobre a Unidade Flexível, disse que quanto às competências desse regulamento fica muito aquém das expectativas. Neste regulamento consta que o recrutamento para o cargo de direção intermédia do 3º grau seja feito entre quem seja dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e reúna cumulativamente formação superior graduada de licenciatura pré Bolonha ou mestrado pós Bolonha. Isto é inconstitucional. O princípio da equidade não permite fazer uma coisa destas. O Senhor Presidente já sabe quem vai pôr no cargo pois o concurso foi feito à medida.

O senhor Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Nuno Vaz, disse que o assunto está devidamente identificado no extenso documento exposto, mas trata-se da necessidade de adaptar a Lei nº: 305 de 2009, mas que foi alterada para a Lei nº: 49 de 2012, de 29 de Agosto. Isto significa que esta adaptação resulta de uma obrigação que obriga a que todos os municípios do país tenham que adaptar este diploma até 31 de dezembro do ano em curso. Há bem pouco tempo a assembleia municipal aprovou uma estrutura nuclear em resultado da lei nº305 de 2009, mas quer-se discutir que tipo de estrutura, quantas unidades flexíveis existem e que remuneração se irá atribuir ao dirigente de 3º grau a estabelecer no Município de Montalegre.

Relativamente ao equívoco do pré e pró Bolonha, o pré Bolonha é uma licenciatura de cinco ou quatro anos e no pós Bolonha a licenciatura é de três

anos. Sendo grau de segundo ciclo ou mestrado, equivale à licenciatura antiga, antes de Bolonha.

Inscreeu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que este assunto lhe faz lembrar a questão dos submarinos. Quem os comprou foi o Portas, mas quem os vendeu foi o Guterres.

Disse ainda que a lei está criada e tem que se respeitar, mas o que está em aprovação é o regulamento e o regulamento fica muito aquém do exigido a um município como o de Montalegre.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.4 – Abono de despesas de representação aos dirigentes municipais, de acordo com o disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.5 – Empreitada de construção dos “Arranjos Urbanísticos em Salto – Área A” (Proc. 11/024 A) – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se aprova o plano plurianual e esquecem-se as obras.

O Senhor Presidente da Câmara disse que são exigências da lei a que obriga que estes assuntos sejam trazidos à Assembleia Municipal.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6- Empreitada de " Adaptação de Edifício a Pólo Museológico de Fafião do Ecomuseu de Barroso (Proc. 12/016) – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais/Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.7 – Empreitada de " Abastecimento de Água e Rede de Drenagem de Águas Residuais de S. Vicente da Chã (Proc. 12/038) – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais/ Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8- Proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a atividades e investimentos constantes da proposta de Grandes Opções do Plano para o ano de 2013.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.9 – Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo executivo, no âmbito de competência delegada pela Assembleia Municipal, em 25.06.2012.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.10 – AMAT / Criação da NUT III do Alto Tâmega, bem como da CIM (Comunidade Intermunicipal – Unidade Administrativa) do Alto Tâmega.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves falou como deputado da CIM e disse que ia às reuniões a Bragança e que a realidade entre Bragança e Vila Real era completamente distinta. A distância era um facto. Não há memória e passado e em nada se identifica com aquela cultura. Tem que haver identidade cultural.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.11 – Proposta de alteração de Estatutos da EHATB.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves felicitou quem elaborou a lei pois acaba com certas regalias com as quais nunca concordou. E gosta especialmente do artº30 no que refere os vencimentos da presidência.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.12 - Proposta de alienação de um sexto das participações da EHATB em 11 empresas aos Municípios.

Retirado.

4.13 – Proposta de alienação de um sexto das participações da EHATB nas empresas ATMAD e Resinorte aos Municípios.

Retirado.

4.14 – Proposta de alienação das participações da EHATB nas empresas Município e Marc aos Municípios de Boticas e Chaves.

Retirado.

4.15 – Proposta de alienação a terceiros de participações sociais e de dissolução de 3 empresas.

Retirado.

4.16 – Reforço de potência do parque eólico de Serra do Barroso III – Reconhecimento Público.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.17- Parecer relativo à reorganização administrativa territorial do Município de Montalegre enviado pela Presidente da Assembleia da República / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A assembleia tomou conhecimento

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Vinhas